

Felipe Garcia Lisboa Borges

TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL

**Um Estudo das
Taxas Verdes no Brasil**

Curitiba
Juruá Editora
2017

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-7331-0



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Borges, Felipe Garcia Lisboa.

B732 Tributação ambiental: um estudo das taxas verdes
no Brasil./ Felipe Garcia Lisboa Borges./ Curitiba:
Juruá, 2017.
182p.

1. Meio ambiente -- Tributação. 2. Justiça ambiental.
3. Direito tributário. I. Título.

CDD 343.04 (22.ed.)

CDU 336.2

000076

1110159

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	15
LISTA DE SIGLAS	17
INTRODUÇÃO.....	19

Parte I

PARÂMETROS DE JUSTIÇA FISCAL E JUSTIÇA AMBIENTAL.....	27
--	-----------

Capítulo 1	IGUALDADE E JUSTIÇA: A IGUALDADE COMO PRINCÍPIO CONTEXTUAL	29
1.1	A IGUALDADE NO LIBERALISMO IGUALITÁRIO	30
1.2	A IGUALDADE DE RECURSOS COMO IDEAL DE JUSTIÇA	32
1.3	CRITÉRIOS IDEAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS	41
1.4	IGUALDADE DE RECURSOS NO CONTEXTO TRIBUTÁRIO	46
1.5	CONCLUSÕES DO PRIMEIRO CAPÍTULO	49
Capítulo 2	PRINCÍPIO DA EQUIVALÊNCIA COMO PARÂMETRO DE JUSTIÇA FISCAL NAS TAXAS	51
2.1	BASE CONSTITUCIONAL E LEGAL DAS TAXAS BRASILEIRAS	54
2.2	A ESTRUTURA DAS TAXAS E A RELAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA.....	55
2.3	A POSIÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	58
2.4	PORQUE AS TAXAS NÃO PODEM SER QUANTIFICADAS PELO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA	62

2.5	O PRINCÍPIO DA EQUIVALÊNCIA E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE	68
2.6	CONCLUSÕES DO SEGUNDO CAPÍTULO.....	72
Capítulo 3	PRINCÍPIO DO POLUIDOR PAGADOR COMO PARÂMETRO DE JUSTIÇA AMBIENTAL	75
3.1	ORIGEM ECONÔMICA DO PRINCÍPIO DO POLUIDOR PAGADOR.....	77
3.2	DIFICULDADES NA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO	79
3.2.1	Princípio do Poluidor Pagador: Uma Taxa para Poluir?.....	80
3.2.2	Quais Externalidades são Internalizadas pelo Princípio?.....	82
3.2.3	O Problema da Valoração dos Recursos Naturais	84
3.2.4	Princípio de Prevenção, Precaução e Redistribuição	85
3.2.5	Análise Crítica da Função Reparadora do Princípio do Poluidor Pagador.....	86
3.2.6	O Posicionamento do Superior Tribunal de Justiça Sobre a Aplicação do Princípio do Poluidor Pagador	90
3.2.6.1	O princípio do poluidor pagador no ordenamento jurídico brasileiro	90
3.2.6.2	Análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	92
3.3	DA EFICIÊNCIA À JUSTIÇA AMBIENTAL	95
3.4	O PRINCÍPIO DO POLUIDOR PAGADOR E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE	99
3.5	CONCLUSÕES DO TERCEIRO CAPÍTULO	100

Parte II

AS TAXAS VERDES SOB O CRIVO DOS CRITÉRIOS DE JUSTIÇA FISCAL E AMBIENTAL	103
--	------------

Capítulo 4	A NOÇÃO DE TAXA VERDE	105
-------------------	------------------------------------	------------

4.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL	105
-----	--	-----

4.2	TAXAS VERDES E EXTRAFISCALIDADE	108
4.3	AS TAXAS VERDES E O SISTEMA CONSTITUCIO- NAL TRIBUTÁRIO BRASILEIRO.....	113
4.4	TAXAS VERDES, EQUIVALÊNCIA E POLUIDOR PAGADOR.....	116
4.5	CONCLUSÕES DO QUARTO CAPÍTULO	119
Capítulo 5	ANÁLISE DAS TAXAS VERDES BRASILEIRAS.....	121
5.1	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIE- NTAL FEDERAL.....	121
5.1.1	A TCFA e o Princípio da Equivalência	123
5.1.1.1	Análise do primeiro aspecto: a quantifica- ção da taxa e a questão da equivalência	123
5.1.1.2	Análise do segundo aspecto: análise do montante arrecadado pela taxa e a com- paração com o custo da ação estatal	124
5.1.2	A TCFA e o Princípio do Poluidor Pagador	125
5.1.3	Resultado	125
5.2	ANÁLISE DAS TAXAS VERDES ESTADUAIS (ES- TADO DO PARÁ).....	126
5.2.1	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Es- tado do Pará	126
5.2.1.1	A TCFA-PA e o princípio da equivalên- cia.....	126
5.2.1.2	A TCFA-PA e o princípio do poluidor pa- gador.....	128
5.2.1.3	Resultado.....	129
5.2.2	Taxa de Fiscalização dos Recursos Hídricos do Es- tado do Pará.....	129
5.2.2.1	A TFRH do Pará e o princípio da equiva- lência	130
5.2.2.2	A TFRH do Pará e o princípio do polui- dor pagador	132
5.2.2.3	Resultado.....	132
5.2.3	Taxa de Fiscalização dos Recursos Minerários do Estado do Pará	132

5.2.3.1	A TFRM do Pará e o princípio da equivalência.....	133
5.2.3.2	A TFRM do Pará e o princípio do poluidor pagador	139
5.2.3.3	Resultado	141
5.2.4	Taxas de Licenciamento e Autorização do Estado do Pará.....	141
5.2.4.1	As taxas de licenciamento e autorização do Estado do Pará e o princípio da equivalência.....	143
5.2.4.2	As taxas de licenciamento e autorização do Estado do Pará e o princípio do poluidor pagador	145
5.2.4.3	Resultado	146
5.3	TAXAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAIS (BELÉM/PA).....	146
5.3.1	As Taxas de Licenciamento do Município de Belém/PA e o Princípio da Equivalência.....	147
5.3.2	As Taxas de Licenciamento e Autorização do Município de Belém/PA e o Princípio do Poluidor Pagador.....	148
5.3.3	Resultado.....	149
5.4	ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS	149
5.4.1	Principais Consequências de Ordem Tributária	151
5.4.2	Consequências do Resultado para o Atendimento dos Objetivos de Política Pública Ambiental na Estrutura Constitucional Brasileira	152
CONCLUSÕES		155
REFERÊNCIAS		161
ÍNDICE ALFABÉTICO		169